



Gustavo de Faria, voz embargada, não conseguiu explicar suas ações, segundo os membros do IPC

Faria depõe no caso do IPC

Ex-presidente se diz perseguido, mas não convence

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Nervoso, suando muito e fumando o tempo todo, o deputado Gustavo de Faria (PMD-RJ), 52 anos, deu um depoimento de 22 páginas datilografadas e 2 horas de duração ao conselho consultivo do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), mas apesar do esforço não foi convincente. "A mim ele não convenceu", disse o novo presidente do IPC, senador João Bacelar (PMDB-BA), sobre a tentativa de seu antecessor de justificar ao Conselho a aplicação de NCz\$ 10 milhões na compra de debêntures da Rural e Colonização, uma firma que constrói casas de veraneio em Búzios, no litoral fluminense.

"É duro ver o filho ser interrogado na escola e seus cabos eleitorais ligando do interior para indagar sobre o escândalo", desabafou a certa altura o deputado, com a voz embargada. Gustavo de Faria baseou seu depoimento no que chamou de injustiça por ter sido "condenado sem defesa por quem serve aos interesses de meus inimigos políticos, sob o manto da imprensa livre". Ele atribui a campanha a uma perseguição política movida pelo governador do Rio, Moreira Franco, com quem diz ter "divergências".

Apesar do tom emocionado e da voz embargada, o argumento da perseguição não comoveu ninguém. "Ele perdeu tempo com o Moreira quando deveria se defender", disse o deputado

Simão Sessim (PFL-RJ). "Ainda temos muitas perguntas a lhe fazer", completou o deputado e membro do conselho deliberativo do IPC. Entre as irregularidades já constatadas por auditoria do IPC está a aplicação de recursos sem conhecimento e aprovação do conselho deliberativo e sem a assinatura do tesoureiro do instituto, senador João Lobo (PFL-PI). Gustavo de Faria alegou apenas que havia urgência na aplicação, para que o IPC não tivesse prejuízos.

Ação policial — O senador Rui Bacelar disse que o deputado Gustavo de Faria assumiu a responsabilidade sobre os atos praticados durante sua administração no IPC, mas não conseguiu explicá-los. O caso da intermediação na compra das 850 debêntures da Rural e Colonização S.A. não foi explicado. Faria afirmou que as debêntures são privadas — motivo pelo qual, segundo ele, a operação dispensava autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) — e que comprou-as direto da Rural e Colonização; a empresa HP Construtora teria entrado só para resgatar CDBs, completando o montante.

Bacelar contesta esta versão: "Ninguém tem dúvidas de que houve uma operação triangular que é imoral e ilegal e o setor jurídico vai nos ajudar para que possamos até entrar com ação policial, se for o caso", disse o atual presidente do IPC. Ele garante que as debêntures da Rural e Colonização foram passadas a uma segunda empresa, que finalmente as passou a uma terceira — a Fundasemg — por Cz\$ 1,3 bilhão, dia 29 de dezembro passado. Nesta mesma data, a Fundasemg as vendeu para o IPC por Cz\$ 4,38 bilhões. "Nosso problema não é o de anular a compra, mas o

de ressarcir os recursos aplicados na compra de papéis", explica Bacelar.

Essas debêntures deveriam ter sido entregues no dia 29 de dezembro, mas só ontem o IPC as recebeu, devolvendo-as em seguida por constatar irregularidades no valor de cada uma — o certificado fala em 1.000 OTNs, enquanto na ata do conselho que formalizou a compra o valor é de 1.500. Além disso, a ata do vencimento traz a data de 3 de novembro de 1998, enquanto o verso do título fala em 31 de novembro — dia que não existe no calendário gregoriano.

Interrogatório — A idéia inicial era inquirir o deputado, mas um dos conselheiros — o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) — apresentou uma sugestão aprovada por unanimidade: ouvir seu depoimento e analisar os dados da auditoria feita a seu pedido pela empresa Campiglia Bianchessi, segundo Faria uma das melhores do país no ramo. O que despertou curiosidade entre os conselheiros foi o fato de a empresa ter apresentado os resultados de sua auditoria sem ter comparecido ao IPC ou sequer pedido documentos para analisar.

Para que a decisão do IPC não incorra em erro, ficou decidido que o conselho deliberativo manterá estado permanente de reunião e seu presidente terá poderes para contratar advogados e especialistas nas áreas penal, administrativa e civil. "Se for necessário entrarmos com ações civil e penal para reaver o patrimônio, nós o faremos", adiantou Bacelar. Na próxima quarta-feira, o ex-presidente do instituto será interrogado. Também deverão ser ouvidos o tesoureiro João Lobo, que acompanha Aureliano Chaves em visita pelo Piauí, e o ex-vice-presidente, senador Odacir Soares, em viagem pela Inglaterra.